

## 2

### Experiências histórico-pastorais de formação Fé e Política

Este capítulo pretende apresentar experiências de formação política dos cristãos, dentro de um viés histórico-pastoral. O ponto de partida é o movimento de restauração católica no Brasil do final do século XIX. As chaves de leitura dessas experiências são: Dom Leme, Ação Católica, Comunidades Eclesiais de Base e Cartilhas Políticas. Tais experiências, por sua vez, são apresentadas a partir dos seguintes eixos articuladores: neocristandade, transformação das estruturas, Igreja dos pobres, eleições, desenvolvimento<sup>1</sup>. Considerando estes grandes eixos e suas respectivas chaves de leitura, pode-se tipificar da seguinte maneira as experiências de formação:

1) neocristandade, que objetivava uma presença afirmativa da Igreja na sociedade. Esse modelo histórico situa-se entre os anos 1916 e 1950, e está marcado pela atuação forte do Cardeal Leme;

2) luta pela justiça social, a partir de um ideal histórico que leve à transformação das estruturas. Essa experiência situa-se entre os anos 1950 e 1970, com a presença firme da Ação Católica;

3) maneira nova de unir fé e vida na comunidade eclesial, a partir da consolidação da Igreja dos pobres. Esse modelo teve seu auge entre os anos 1970 e 1990, tendo sua visibilidade nas Comunidades Eclesiais de Base;

4) preparação para as eleições, através das cartilhas políticas.

5) desenvolvimento social.

---

<sup>1</sup> Tendo como mediação hermenêutica a Evangelização e a Pastoral, uma outra caracterização divide a pastoral brasileira em quatro etapas: catolicismo tradicional luso-brasileiro, catolicismo reformado, catolicismo renovado e neoabramileiramento do catolicismo. À primeira etapa correspondem a cristandade colonial e a cultura popular católica. A segunda etapa configura a tridentinização institucional da Igreja do Brasil, como reação à decadência da cristandade nacional. A terceira etapa tem por característica a renovação, baseada no movimento litúrgico e na Ação Católica. Finalmente, a última é a que caracteriza nossa contemporaneidade, com a descoberta das raízes de nossa Igreja. Cfr. MELO, Antonio Alves., *A Evangelização no Brasil. Dimensões teológicas e desafios pastorais. O debate teológico e eclesial (1952-1995)*, p. 337-340.

Espera-se com este capítulo salientar esses diversos modelos histórico-pastorais de formação e seus paradigmas, para uma ulterior abordagem mais específica da gênese das Escolas de Formação Fé e Política.

## 2.1.

### **Inserir a Igreja de maneira afirmativa na sociedade**

No final do século XIX, a Igreja Católica do Brasil passou por uma reforma profunda. Vendo o crescimento de grupos que articulavam a proclamação da República e postulavam a laicidade do Estado, nos moldes pregados pela Revolução Francesa, a instituição eclesial sentia que estava perdendo espaço público no País.

Em reação, Dom Antonio Ferreira de Viçoso liderou um movimento, a partir de 1844, com o objetivo de substituir o antigo modelo da Igreja da cristandade colonial pelo modelo da Igreja hierárquica, nos moldes do Concílio de Trento. A fidelidade dos Bispos deslocou-se para Roma e o catolicismo brasileiro tomou uma fisionomia clerical<sup>2</sup>.

Esse movimento reformista de cunho ultramontano veio desembocar na chamada “questão religiosa”, de 1874, envolvendo dois Bispos — Dom Vital e Dom Macedo Costa. Ambos foram condenados e presos pelo Supremo Tribunal de Justiça, tendo sido esse um marco importante na relação Igreja-Estado no Brasil. Isso reproduzia *mutatis mutandis* o que acontecia em Roma, por causa da unificação italiana<sup>3</sup>.

Com a proclamação da República, marcada fortemente por elementos maçons e positivistas, o Estado separou-se da Igreja e extinguiu o regime do padroado, que havia perdurado por séculos, sendo isso incorporado na Constituição Republicana de 1891<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Cfr. ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. *A Igreja Católica e o Estado Brasileiro*. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*, p. 388. Cfr. também FAUSTINO, Luis Couto Teixeira. *Gênese das CEBs no Brasil. Elementos explicativos*, p. 25.

<sup>3</sup> Esse fato se insere dentro de um quadro maior de reforma católica a partir das controvérsias antimodernas e ultramontanas que agitavam a Europa naquela época. Ele coincide com a unificação italiana, que havia feito a Igreja perder os Estados pontifícios e confinado o Papa no Vaticano. Parece que o elemento comum que une a Igreja do Brasil à de Roma é a *perseguição*. Cfr. ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. *Op. cit.*, p. 389.

<sup>4</sup> *Ibid.*

O desfecho da questão religiosa deixou a Igreja atônita, e a estimulou a se articular para mostrar sua força na sociedade, o que foi feito em consonância com o novo paradigma eclesial introduzido por Leão XIII, a partir de um neotomismo, como reação ao racionalismo positivista e ao socialismo<sup>5</sup>.

Alguns movimentos tiveram importância decisiva nesse período, que é chamado de “restauração católica”<sup>6</sup>. Esses pretendiam ser espaço de formação de um pensamento católico e, por isso, de influência na sociedade, tanto do ponto de vista cultural quanto político, a saber: o Partido Católico, a Liga Eleitoral Católica, e as atuações do Cardeal Leme e do Centro Dom Vital. Numa perspectiva de neocristandade<sup>7</sup>, tais movimentos formaram muitos militantes, que contribuíram decisivamente com essa causa em seu tempo, e lançaram as bases para a afirmação da Igreja na sociedade.

É importante salientar, ainda, que esse empenho de restauração católica desenvolveu-se dentro do que se chamou de “pacto populista”<sup>8</sup>, sendo a presença da Igreja fundamental para a sedimentação do *status quo* nacional burguês, através de uma pastoral voltada para as elites e distante das camadas populares<sup>9</sup>.

---

<sup>5</sup> Encíclicas de Leão XIII que introduzem o neotomismo: *Aeterni Patris* (1879), redefine o programa cultural, aceitando-se um realismo moderado e o neotomismo como alternativa ao racionalismo radical representado pelo Positivismo, pelo Cientificismo e pelo Marxismo; *Diuturnum* (1881), sobre a natureza do Poder político; *Imortale Dei* (1885), sobre a teoria cristã do Estado; *Libertas* (1888), sobre a natureza da liberdade humana; *Sapientiae Christianae* (1890), sobre a missão do Estado. Estas quatro encíclicas redefinem o programa político à luz de Santo Tomás. Por fim, a *Rerum Novarum* (1891), que redefine o programa econômico e social. Cfr. ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. *Democracia e Doutrina Social da Igreja*. S/d, mimeo, p. 9.

<sup>6</sup> Id., *A Igreja Católica e o Estado Brasileiro*. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*, p. 390.

<sup>7</sup> De acordo com Thomas Bruneau, um modelo anterior, chamado “modelo de cristandade”, prevaleceu na evangelização católica no Brasil após o descobrimento. A premissa-chave desse modelo é a integração entre Igreja e Estado. No caso brasileiro, foi uma cristandade com feições de “cesaropapismo”, uma vez que a Igreja na Colônia se tornou totalmente subserviente ao Estado. Ainda segundo ele, «/.../ uma das razões pelas quais a Igreja foi excluída da vida pública, em 1889, foi a sua falta de impacto organizacional nas novas elites. Era um corpo fraco e desorganizado a que não apenas faltava uma mensagem convincente, como também não conseguia fazer valer a sua importância política.» Cfr. BRUNEAU, Thomas., *O catolicismo brasileiro em época de transição*, p. 30 e 81.

<sup>8</sup> Com o fim das oligarquias agrárias do Nordeste e das oligarquias do café paulista, por causa do *crash* da bolsa de Nova York em 1929, junto com a ascensão das classes populares operárias urbanas, as elites se uniram para manter sua hegemonia social, absorvendo o descontentamento social pela criação de sindicatos oficiais e leis trabalhistas. Cfr. NEUTZLING, Inácio., *Fé e Política: uma leitura teológica da mudança da Igreja no Brasil (1960-1980)*, p. 42-52.

<sup>9</sup> Id., p. 73-75: Sobre o papel da Igreja no pacto populista.

### 2.1.1.

#### **O Partido Católico e a Liga Eleitoral Católica de Campinas**

A preocupação com a perda de posição política dentro da nova organização social republicana levou a Igreja à constituição de um Partido Católico que efetivamente defendesse seus interesses junto à recém proclamada República<sup>10</sup>.

Esse partido organizou-se a partir de um Diretório Central no Rio de Janeiro, estando à frente o Bispo Dom Antonio de Macedo Costa, e de diretórios regionais em quase todos os estados. Vários candidatos foram lançados nas eleições de 1890-1891 para canalizar os votos católicos; dentre os candidatos ilustres, estava o próprio Dom Antonio de Macedo Costa. O resultado, porém, não foi a votação maciça esperada pelas lideranças do partido, por causa da divisão entre os católicos e de fraudes eleitorais.

Esta experiência levou os líderes católicos a se preocuparem mais com a formação e a conscientização política dos fiéis, visando a uma união de forças mais centralizada. É nesse ponto que a ação do Partido Católico apresenta-se como uma primeira experiência de organização política desses mesmos fiéis, que incluía uma dimensão formativa numa linha confessional, com vistas a captar os votos católicos.

Sendo essa experiência um antecedente das Escolas de Formação Fé e Política, é preciso salientar a diferença de objetivos de ambos, no sentido de captação de votos. A aproximação com as Escolas não se dá pelo partido em si, mas pelo movimento de formação política suscitado por ele, tais como os Congressos Católicos (nacionais e regionais), as Federações e as Associações Católicas, a União Popular e a Liga da Boa Imprensa<sup>11</sup>.

Essa experiência do Partido Católico durou até 1915, quando a Pastoral Coletiva dos Bispos excluiu qualquer possibilidade de se vincular a Igreja Católica a um partido específico. A proposta era agir a partir de um grupo

---

<sup>10</sup> «Alijada das áreas do poder público, sem contar com o seu apoio e mesmo vendo nele um adversário que pretende aplicar no país um ‘ateísmo social’, a hierarquia estimula e impele, com sua palavra autorizada, os católicos a tomarem parte na política.» LUSTOSA, Oscar de Figueiredo., *Igreja e Política no Brasil. Do Partido Católico à LEC (1875-1945)*, p. 16-17.

<sup>11</sup> Id., p. 14.

suprapartidário, estando os eleitos (de qual partido fossem) comprometidos em defender os interesses da Igreja<sup>12</sup>.

Tendo o episcopado fechado a possibilidade de um partido confessional, os olhares se voltaram para uma experiência em andamento na Diocese de Campinas, interior de São Paulo. Na Carta Pastoral de 1913, endereçada ao clero, o então Bispo dessa Diocese, Dom João Correa Nery, exortava à formação de uma “liga eleitoral católica”. A finalidade desta liga era assim definida pelo prelado diocesano:

“Esta liga convocará, de espaço em espaço, os católicos e lhes proporcionará conferências instrutivas sobre os direitos e deveres dos cidadãos, sobre o ensino da Igreja em matéria de voto e de interesses políticos, constituirá uma caixa para despesas com a qualificação eleitoral, e nas eleições seguirá, sem restrições, a orientação que lhes der a autoridade diocesana<sup>13</sup>.”

Como se observa pelas finalidades apontadas, está-se diante de uma experiência muito concreta de formação para a política e para a cidadania, sendo evidentemente um outro o corte teológico-pastoral. No contexto de uma afirmação positiva da Igreja na República recém-proclamada, os fiéis deveriam formar-se politicamente e eleger candidatos oriundos dos quadros católicos, a fim de que fossem garantidos os privilégios que a Igreja sempre recebera do Poder. Dois anos depois, o Bispo avaliava como positivo o percurso feito por este grupo<sup>14</sup>.

### 2.1.2.

#### **O Cardeal Leme, o Centro Dom Vital e a Liga Eleitoral Católica do Rio de Janeiro**

Incorporando a preocupação destes Prelados que o precederam na renovação da Igreja, a história da Igreja Católica no Brasil do século passado é profundamente devedora ao gênio de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, arcebispo de Olinda e Recife, e mais tarde Cardeal Arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro<sup>15</sup>. Em sua memorável Carta Pastoral de 1916, aos fiéis da Diocese

<sup>12</sup> Id., 16.

<sup>13</sup> Id., p. 16-17.

<sup>14</sup> Id., p. 17.

<sup>15</sup> «Simples, de simpatia irradiante, sensível aos sentimentos humanos e aos problemas sociais, Dom Leme, além dessas qualidades que facilitam a ação do pastor, possuía inteligência viva, mais prática que especulativa, vontade firme e decidida, que se fazia valer sem arrogância nem prepotência. A sólida formação recebida na Universidade Gregoriana, em Roma, garantiu-lhe para

de Olinda e Recife, onde seria empossado, o recém-nomeado Arcebispo chamava atenção para algumas urgências pastorais, em vista da educação religiosa dos cristãos<sup>16</sup>, plenamente em concordância com a cruzada romana para afirmação da Igreja diante do Estado.

Coerente com esse momento pastoral eclesial, Dom Leme foi implantando um modelo de presença afirmativa da Igreja na sociedade, que pretendia tirá-la da mediocridade em que se achava no final do século XIX<sup>17</sup>, para afirmá-la positivamente no novo quadro sociopolítico que se desenhara com a proclamação da República em 1889 e com a separação entre Estado e Igreja na Constituição de 1891.

Dom Leme acreditava na necessidade de movimentar as lideranças leigas para esta finalidade, principalmente os intelectuais, unindo-os em centros de formação e transformando esses centros em irradiadores de uma nova forma de pensar e agir. Daí ser ele o inspirador do Centro Dom Vital<sup>18</sup>, que se tornou modelo e foi multiplicado em outros lugares do país.

---

sempre um lastro de cultura teológica e filosófica que a sua inteligência rápida e perspicaz explorará no governo e no julgamento dos homens, na oratória convincente, nos escritos ordenados e agradáveis de estilo. Tudo isto perpassado por um humor muito seu. Dotes humanos, todos esses, mas revestidos de uma fé profunda e de uma piedade evidente.» MOURA, Odilão. *Idéias Católicas no Brasil. Direções do pensamento católico no Brasil no século XX*, p. 113.

<sup>16</sup> Essa Carta está dividida em quatro grandes partes. Na primeira, Dom Leme identifica o grande tema sobre o qual quer chamar a atenção de seus futuros diocesanos: “Somos no Brasil uma maioria católica, mas não exercemos nenhuma influência nos destinos e na organização do País” (p. 4). Dentre outras causas, o Arcebispo destaca a ignorância religiosa, à qual dedica o restante do texto. Na segunda parte, ele aborda essa ignorância em todos os níveis, tanto entre os intelectuais (idolatria da ciência; positivismo) quanto nas camadas populares (espiritismo e superstições). Na terceira parte, destaca a instrução religiosa como meio para vencer essa ignorância: para os contemporâneos, através da pregação e da leitura; para a futura geração, através do lar, da escola católica e do catecismo. Finalmente, na última parte da Carta, o Arcebispo apresenta os cumprimentos às diversas esferas civis e religiosas de sua futura Arquidiocese. Cfr. LEME, Dom Sebastião. *Carta Pastoral*. Petrópolis: Typographia Vozes, 1916, 138p.

<sup>17</sup> Um quadro desse período é apresentado em MAINWARING, Scott., *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*, p. 41.

<sup>18</sup> «A finalidade última do Centro Dom Vital era a recatolização da nossa intelectualidade. Pretendia-se criar uma grande Biblioteca Católica com um centro de informação bibliográfica e uma Editora de livros católicos. Fora eleito Jackson de Figueiredo o seu presidente perpétuo. Dom Leme aprovava tudo e todos e a tudo incentivava.» MOURA, Odilão. *Op. cit.*, p. 120.

## O Centro Dom Vital

Personagem fundamental para se compreender o Centro Dom Vital é Jackson de Figueiredo (1891-1928), seu fundador. Tendo-se sensibilizado com a Carta Pastoral escrita em 1916 por Dom Leme e se convertido em 1918, ele conseguiu com sua amizade franca e aberta reunir algumas pessoas em torno de um ideal comum<sup>19</sup>. Esse ideal tomou forma em algumas instituições por ele fundadas, tais como a Livraria Católica, a revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital. Sem dúvida a revista *A Ordem*, de 1921, e o Centro Dom Vital, em 1922, sob os auspícios de Dom Leme, tiveram uma importância capital para a formação de um pensamento católico e para a renovação desejada pelo Prelado em sua Carta de 1916.

O Centro adquiriu uma grande importância nas décadas de 20 e 30 não somente porque “introduziu no Brasil escritores católicos como Maritain e Bernanos”, mas também porque estimulou vocações para as ordens mais progressistas, como os Dominicanos e Beneditinos, além de ter sido o foco do despertar do interesse brasileiro pelo catolicismo social<sup>20</sup>. É importante ressaltar desde já que serão esses neo-religiosos que, de volta ao Brasil, após o contato com a Teologia Européia, especialmente com o pensamento francês, os indivíduos que promoverão uma transformação na Ação Católica brasileira.

Durante o período situado entre 1916 e 1950, o Centro Dom Vital colaborou para o reflorescimento católico no Brasil, desenvolvendo um amplo trabalho formativo. Após a morte prematura de Jackson de Figueiredo, em 1928, a direção do Centro foi assumida por Alceu de Amoroso Lima. Assim, outras iniciativas foram levadas adiante, visando a uma maior presença pública da Igreja, tais como a fundação, em 1929, da Associação Universitária Católica e, em 1932, do Instituto Católico de Estudos Superiores (futura Universidade Católica do Rio de Janeiro)<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Cfr. BEOZZO, José Oscar., *Cristãos na Universidade e na Política*, p. 21.

<sup>20</sup> Cfr. BRUNEAU, Thomas., *O catolicismo brasileiro em época de transformação*, p. 89.

<sup>21</sup> «Os universitários da AUC procuram exercer o apostolado por meio da revista que fundam — *Vida* — em cujo nome já está definida a sua finalidade e o seu método de ação: viver primeiramente com intensidade o cristianismo, na oração e na coerência com a fé, para poder levá-la a outros. A AUC é o germe da JUC. /.../ A 24 de maio de 1932, nasce o Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES), primeiro ensaio para a Universidade Católica, inaugurado em sessão

O Centro Dom Vital tornou-se referência para a intelectualidade cristã brasileira, tendo-se expandido para São Paulo e Recife. Seus encontros eram realizados em pequenos círculos, à noite, em que se debatiam ideias e onde também se rezava. Assim, o Centro Dom Vital foi um movimento tanto de renovação intelectual, quanto espiritual, cujo ponto alto era o retiro de carnaval em Friburgo<sup>22</sup>. Através do Centro, a presença da Igreja tornou-se significativa e direta no mundo da cultura, bem como presente, ainda que de forma indireta, na política, através da Liga Eleitoral Católica<sup>23</sup>.

### A Liga Eleitoral Católica do Rio de Janeiro

Apesar das insistências de Jackson de Figueiredo, Dom Leme havia sempre permanecido firme no propósito de não fundar um partido confessional<sup>24</sup>. O Cardeal via na expressão “Partido Católico” uma contradição de termos, pois “partido” expressa fração, parte; e “Católico”, universalidade. Diante desta contradição terminológica, fundou, em 1932, a Liga Eleitoral Católica no Rio de Janeiro, com um duplo objetivo<sup>25</sup>:

- 1) instruir, congregar e alistar o eleitorado católico;
- 2) assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja, mediante a aceitação dos princípios sociais católicos e o compromisso de defendê-los na Assembleia Constituinte.

---

solene presidida pelo Núncio Apostólico, estando presentes Dom Leme e o Ministro da Educação. Nela falou o padre Leonel Franca. As aulas dos diversos cursos — Teologia, Filosofia, Cosmologia, Filosofia do Direito e Filosofia da Matemática — eram freqüentadas por mais de cem alunos. Foram os primeiros professores daquelas ciências no ICES, respectivamente: Dom Tomás Keller O.S.B., Frei Pedro Secondi O.P., Pe. Leonel Franca, SJ, Hamilton Nogueira, Sobral Pinto e Souza Viana.» MOURA, Odilão., *Idéias Católicas no Brasil. Direções do pensamento católico no Brasil no século XX*, p. 122.

<sup>22</sup> BEOZZO, José Oscar., *Cristãos na Universidade e na Política*, p. 24.

<sup>23</sup> GOMES DE SOUZA, Luiz Alberto. *Nas origens de Medellín: Da Ação Católica às CEBs e às Pastorais Sociais (1950-1968)*. *Concilium* 296 (2002), p. 31.

<sup>24</sup> «Jackson teria querido que se fundasse um partido católico. Acreditamos que tenha procurado, mais de uma vez, convencer o Arcebispo das vantagens da idéia. Mas Dom Sebastião manteve-se na recusa. Dom Leme via a realidade brasileira não como deveria ser, mas como era, e sabia que, por enquanto, o Partido Católico seria entre nós um fracasso. Deve tê-lo dito e repetido a Jackson e é bem possível que as alocações de maio e de junho de 1923 contenham a sustância de suas respostas às objeções do amigo. E este, que venerava a clarividência do prelado e não queria ser, como católico, mais que um ‘miliciano’, conformou-se. Julgamos que o Centro Dom Vital e A Ordem foram em suas mãos como órgãos de ação apostólica, o sucedâneo do entressenhado Partido.» Irmã Rosario, citada em BEOZZO, José Oscar., *Op. cit.*, p. 22.

<sup>25</sup> Id, p. 31.

Vê-se por estes objetivos como a intenção da LEC tem analogia com a das atuais Escolas de Formação Política, uma vez que estas escolas querem instruir os cristãos sobre as questões políticas e formar candidatos que, eleitos, defendam os grandes temas da ética cristã, tais como justiça, solidariedade, verdade e paz.

Sob a liderança de Dom Leme, a LEC tornou-se nacional. Entre 1932 e 1934 teve seu apogeu, estreitamente ligada ao Centro Dom Vital:

“A LEC era o Centro. Funcionava onde ele funcionava e seus dirigentes eram os mesmos. /.../ Foram dois anos em que o Centro Dom Vital e a Liga Eleitoral Católica como que se confundiram e em que ia começar em virtude da incorporação das reivindicações católicas à nova Constituição, uma nova fase nas relações entre a Igreja e o Estado e na participação mais cívica dos católicos, até então desinteressados ou obcecados pelo Partido Católico, nas assembleias públicas e no dever de participação eleitoral.”<sup>26</sup>

A LEC foi atuante até o golpe que instaurou o Estado Novo, em 1937, no qual foram eliminados partidos e eleições. No entanto, ela já havia sido vitoriosa. Quase todos os candidatos que foram apoiados pela Liga para a formação da Assembleia Constituinte de 1933 foram eleitos. A importância da LEC vem assim descrita:

“A Constituição de 1934 incorporou as principais exigências da LEC, incluindo o apoio financeiro do Estado à Igreja, a proibição do divórcio e o reconhecimento do casamento religioso, a educação religiosa durante o período escolar e subsídios do Estado para as escolas católicas.”<sup>27</sup>

Com a instauração do Estado Novo e da ditadura, a LEC cessou suas atividades. No entanto, sua estratégia foi usada novamente para as eleições da Assembleia Constituinte de 1946 e, depois, nos anos cinquenta. Continuou ainda a ser usada no Brasil depois de 1960, embora o seu nome tivesse sido mudado, em 1958, para “Aliança Eleitoral pela Família”<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> LIMA, Alceu Amoroso., *Notas para a História do Centro Dom Vital*. **A Ordem** Vol. LX, Julho de 1958, p. 51.

<sup>27</sup> MAINWARING, Scott., *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*, p. 48.

<sup>28</sup> BRUNEAU, Thomas., *O catolicismo brasileiro em época de transição*, p. 91; 189.

## 2.2. Transformar as estruturas sociais

Os anos entre 1950 e 1970 foram de forte efervescência religiosa e política. Em nível religioso, o episcopado latino-americano realizou sua II Conferência Geral, em Medellín<sup>29</sup>, cuja Assembleia fez a opção por uma pastoral popular transformadora, a partir dos pobres. Além disso, nascia nesse período a Teologia da Libertação, não como uma teologia setorial ou de genitivos, mas como uma maneira de se pensar todo o conteúdo da fé partindo de um paradigma novo: a libertação<sup>30</sup>.

Sob o aspecto político, o continente vivia um fervor revolucionário. Isto levou ao surgimento de diversos movimentos de luta pela libertação. Em geral, tais movimentos se propunham a assumir o marxismo científico como método de análise da realidade, e a liberar a fé cristã das trelas ideológicas e autoritárias que impediam os cristãos de empenharem-se na causa revolucionária junto com os marxistas.

Essa ascensão das classes populares foi minando o pacto populista e obrigou a burguesia a uma nova posição, para não perder sua hegemonia. Chegou-se, assim, em 1964, ao “pacto autoritário”, um consórcio de três áreas: as multinacionais, a burguesia associada e o Estado Nacional, patrocinado por uma elite militar e garantido pelas Forças Armadas<sup>31</sup>.

A Igreja, enquanto hierarquia, divide-se: grande parte apoia o pacto, enquanto outra o rejeita radicalmente<sup>32</sup>. Da parte do laicato, acontece um deslocamento para as classes populares, especialmente a Ação Católica Brasileira. Toda essa conjuntura religioso-política propiciou o florescimento de uma geração de cristãos comprometidos com a mudança das estruturas, animados por um ideal

---

<sup>29</sup> «Medellín não foi uma reflexão no vácuo, mas recolheu, visibilizou, o que já fermentava nos meios eclesiais das Igrejas locais, em suas experiências pastorais, na ação católica da juventude, nos movimentos familiares, camponeses, operários, entre os índios... Medellín foi o ponto de chegada e de amadurecimento de uma caminhada dos anos 60 e o ponto de partida daquela que será a realmente ‘década gloriosa’ da Igreja latino-americana e que vai de Medellín 68 até Puebla 79.» GOMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. *A caminhada de Medellín a Puebla*. **PERSPECTIVA TEOLÓGICA** 31 [1999], p. 226.

<sup>30</sup> ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro., *Fé e eficácia*, p. 138.

<sup>31</sup> NEUTZLING, Inácio., *Fé e Política: uma leitura teológica da mudança da Igreja no Brasil (1960-1980)*, p. 61.

<sup>32</sup> Id., p. 95.

histórico concreto. Isso se configurou nos ramos especializados da Ação Católica — especialmente a JOC e a JUC — e no chamado “Movimento de Natal”.

### 2.2.1.

#### **A Ação Católica: Juventude Universitária Católica e Juventude Operária Católica**

A Ação Católica Brasileira<sup>33</sup> começa uma nova fase de sua caminhada no país, impulsionada pela JUC, que se torna a vanguarda da Igreja no Brasil. É bom salientar que as sementes da JUC estão na Associação Universitária Católica, fundada em 1929 por Dom Leme. Por quase vinte anos, ela teve um perfil e uma prática conservadores, no sentido de cristianizar as futuras elites. Depois, começou-se a esboçar uma nova prática, que irá se firmar a partir de 1960, no sentido de educar os católicos e prepará-los para a transformação social<sup>34</sup>.

Ao comemorar seus 10 anos de existência no Congresso Nacional de 1960, a JUC assumiu um engajamento definitivo na realidade brasileira. O Congresso Nacional dos 10 anos, realizado no Rio de Janeiro, em julho de 1960, encerrou definitivamente uma etapa de transição. Algo de novo surgia. Vale destacar que no IX Conselho Nacional (Belo Horizonte, julho de 1959) aparecera o tema “Da Necessidade de um Ideal Histórico”, proferido pelo Padre Almerly Bezerra<sup>35</sup>, que serviu de base para essa mudança de perspectiva.

A equipe do Centro-Oeste, através de estudantes de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, apresentou nesse congresso um documento histórico: “Algumas Diretrizes de um Ideal Histórico Cristão do Povo Brasileiro”. Esse documento acentuava a necessidade de se tomar em consideração a dimensão econômica e política da sociedade brasileira, num momento em que a JUC estava ainda marcada por um espírito de religiosidade muito acentuado. Por isso, o documento provocou fortes reações de paulistas e

---

<sup>33</sup> Para uma visão panorâmica da história da Ação Católica Brasileira, dividida em três grandes períodos históricos, Cfr. CARVALHEIRA, Marcelo Pinto. *Momentos históricos e desdobramentos da Ação Católica Brasileira*. REB 43 (169) 1983, p. 11;16;23-24.

<sup>34</sup> «É nas reuniões de Porto Alegre, de 15 a 22 de janeiro de 1956 e na de Recife, de 13 a 22 de julho de 1957 que a JUC passa definitivamente à sua segunda etapa, que iria influenciar fortemente os demais membros da Ação Católica no Brasil, o jovem clero e uma parte da hierarquia.» ALVES, Márcio Moreira., *O Cristo do Povo*, p. 226.

<sup>35</sup> Documento apresentado em LIMA, Luiz Gonzaga de Souza., *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil. Hipóteses para uma interpretação*, p. 79-83.

cariocas, o que fez com que só bem mais tarde eles absorvessem essa tendência profética dos jucistas mineiros.

Continuando essa linha de engajamento transformador da JUC, em julho de 1961 aconteceu o XI Conselho Nacional, em Natal. O grupo sentia-se obrigado a levar ao meio universitário a mensagem evangélica, diante de suas reflexões e preocupações sobre a Revolução Brasileira, que já havia aparecido como tema no Congresso dos 10 anos. Assim, o tema escolhido para esse Conselho foi: “O Evangelho, Fonte para a Revolução Brasileira”<sup>36</sup>.

Tendo em vista esses eventos, o forte engajamento político através do meio estudantil fez da JUC um dos principais alvos da repressão após 1964. Com a oposição interna liderada por Dom Vicente Sherer, a despeito do apoio de alguns Bispos, o conflito agudo entre os jucistas e a hierarquia chegou a tal ponto que, em 1966, esse trabalho excepcional da Igreja com a juventude universitária foi extinto. Como alguns de seus militantes já participavam da “Ação Popular”, criada para dar maior liberdade de ação aos leigos, outros migraram também para este movimento.

O sonho acabou. No entanto, a JUC mostrou, pela sua história, como é importante uma formação *na e para* a ação. Ainda hoje, a Igreja colhe os frutos deste trabalho com os universitários das décadas de 60 e 70, pois parte da intelectualidade no mundo da política e em outras esferas da cultura passou por ele<sup>37</sup>.

A JOC, por sua vez, teve uma trajetória que foi influenciada pelos outros grupos especializados (especialmente pela JUC), mas também influenciou profundamente a vida eclesial, visto que era, na década de 60, o maior movimento da Igreja, com mais de 25.000 participantes<sup>38</sup>.

Embora sua missão tenha sido compreendida, até por volta de 1950, como um meio de converter a classe operária, a compreensão da dimensão social não estava ausente de seus objetivos. A pedagogia utilizada — Ver, Julgar e Agir —

---

<sup>36</sup> Cfr. ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do Povo*, p. 230.

<sup>37</sup> «O surgimento de uma importante esquerda católica no início dos anos 60 constituiu um dos fatores singulares no desenvolvimento da Igreja brasileira e ajuda a explicar por que ela se tornou mais progressista do que as outras Igrejas latino-americanas. Os movimentos pioneiros deixaram um legado importante, mesmo após o seu desaparecimento.» MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*, p. 94.

sempre expressou uma preocupação com a realidade, uma vez que era desse ponto que partia a JOC para formar seus filiados.

O envolvimento desse movimento com a política cresceu paulatinamente, sendo o ano de 1961 considerado o mais importante neste percurso, por causa dos encontros que aconteceram no Rio de Janeiro: o II Congresso Mundial da JOC, o I Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores, e o Congresso de Jovens Empregadas Domésticas. Destaca-se ainda que, nesse ano, foi lançada a “campanha de conscientização da classe operária”, com os seguintes objetivos:

1) despertar os trabalhadores — especialmente os jovens — para a gravidade dos problemas em que viviam: baixos salários, desemprego, entre outros;

2) despertar os trabalhadores para a vida das associações de sua classe: sindicatos, cooperativas, clubes de bairros<sup>39</sup>.

Embora tenha experimentado muitas dificuldades, a JOC não perdeu seu caráter religioso. Sobretudo no que diz respeito à relação entre Fé e Política, esse movimento nunca a viu de forma dualista, mas sempre articulada em sua missão. Assim se expressava um de seus documentos<sup>40</sup>:

“/.../ O militante cristão é aquele que, presente na vida operária, procura atuar sobre ela, unindo sua ação à ação divina redentora. Ele sabe que tudo que existe de positivo na vida operária, de bom e de justo, de verdadeiro, de amor, é fruto da ação criadora de Deus, sinal de sua presença, convite e apelo ao militante engajado para vir ao encontro de seu Deus. /.../ A promoção operária é para o cristão um fato inevitável. Isto porque é querida por Deus, e a vontade de Deus é criadora. A miséria do nosso povo não é querida por Deus, mas uma blasfêmia contra o amor de Deus num mundo que ousa se dizer cristão”.

A partir de um viés sociológico, a JOC é vista como uma das precursoras da Igreja Popular<sup>41</sup> pois, enquanto a JUC tinha um perfil mais elitista e vivia a fé mais como motivação que como prática, a JOC tinha uma penetração nos meios populares operários e desenvolveu uma concepção de fé e práticas pedagógicas que influenciou profundamente os movimentos populares das décadas de 70 e 80, sobrevivendo nas Dioceses e regionais. Por isso, dizia Dom Cláudio Hummes: “É justo afirmar que a JOC, a ACO e essas Pastorais Operárias têm formado

---

<sup>38</sup> Para construir um quadro histórico desta trajetória, ver o estudo de MAINWARING, Scoth. A *JOC e o surgimento da Igreja na base*. REB 43 (169), março 1983, p. 29-92.

<sup>39</sup> Id., p. 44.

<sup>40</sup> Id., p. 72.

<sup>41</sup> Id., p. 87-92.

militantes cristãos que, hoje, pesam significativamente no movimento operário e popular<sup>42</sup>.”

Esse percurso histórico evidencia a importância que teve a Ação Católica Brasileira, sobretudo em sua fase especializada através da JUC e da JOC, para uma educação que fosse significativamente crítica e transformadora. Ao mesmo tempo, destaca a herança histórica legada por essa geração de cristãos, que pode ser aproveitada ainda em nossos dias.

### 2.2.2.

#### O Movimento de Natal

A terminologia “Movimento de Natal” é ampla e designa uma série de atividades sociais e religiosas levadas a efeito pela Diocese de Natal (RN) a partir de 1948, para enfrentar a miséria e o subdesenvolvimento. No entanto, é preciso destacar a dimensão de reação conservadora subjacente a esse movimento, tanto em relação ao avanço do movimento comunista no campo, quanto ao crescimento do protestantismo entre a população. Por isso, essa ação da Igreja em Natal pode ser caracterizada como “modernização conservadora”, porque não se soma a outras forças sociais ativas, como fizera a JUC com a UNE e com outros movimentos de esquerda.

Os objetivos desse movimento eram os seguintes<sup>43</sup>:

1) levar às pessoas um mínimo de conhecimento que as tornasse aptas a superar-se e a promover-se. Por isso o lema do movimento era “Educar para transformar”;

2) promover uma mudança global das estruturas políticas, sociais e econômicas, através da formação de uma consciência crítica para se chegar à construção de uma nova sociedade;

3) levar Deus a essas populações abandonadas.

O número de envolvidos nos vários trabalhos desse movimento era de, em média, 250 pessoas, muitas vindas da Ação Católica, que viam nesta atividade um meio de engajamento a partir da sua especialização<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> Id., p. 91.

O grande meio utilizado por esse grupo para a consecução de seus objetivos foram as escolas radiofônicas, através do “Movimento de Educação de Base”. Por causa de seus resultados positivos na área da educação, a CNBB propôs a Jânio Quadros um projeto de parceria, no qual a Igreja entraria com os quadros de pessoal e a organização, e o Governo Federal participaria com o financiamento. A parceria foi aceita e sancionada em 21 de março de 1961<sup>45</sup>. Dessa maneira, em 1963, eram 1.410 emissoras e atingiam 50 municípios, com um total de 24.000 alunos. Dom Eugênio de Araújo Sales fazia questão de salientar que essas escolas não visavam somente a alfabetizar o povo, mas principalmente a serem centros de educação de base, veículos de conscientização e sementes de cristianização<sup>46</sup>.

Dessa maneira, o MEB tornou-se o maior programa de educação já desenvolvido no Brasil, e o único que sobreviveu aos ventos do golpe de 1964, apesar de muitos de seus membros terem sido perseguidos pela repressão. Este movimento visava não somente à alfabetização, mas propunha também conscientização, politização e animação popular<sup>47</sup>.

A questão da “politização”, no entanto, gerou resistência entre os membros do MEB, e fê-los pensar, ao invés disso, em uma “educação política”, o que veio a ser efetivado em conteúdos de aulas<sup>48</sup>, nos anos de 1962 e 1963. Com certeza essa formação concorreu para efetivar os sindicatos rurais e um projeto de animação popular<sup>49</sup>.

---

<sup>43</sup> Cfr. Crônica. *O movimento de Natal encarna uma solução para o Nordeste brasileiro*. **REB** 23 (1963), p. 781-782.

<sup>44</sup> Id., p. 782.

<sup>45</sup> WANDERLEY, Luiz Eduardo., *Educar para transformar*, p. 48.

<sup>46</sup> Cfr. Crônica. *O movimento de Natal encarna uma solução para o Nordeste brasileiro*. **REB** 23 (1963), p. 781-782.

<sup>47</sup> WANDERLEY, Luiz Eduardo., *Op. cit.*, p 158.

<sup>48</sup> «É preciso enfatizar que este tipo de pregação educativo-política através do rádio, naquela conjuntura de aceleração da crise, afiançada pela Igreja, mexia, como mexeu, com atitudes e comportamentos cristalizados e tradicionais, com a visão assentada da maioria das pessoas de dentro e de fora da Igreja, e iria suscitar reações agressivas de vários setores da sociedade.» Id., p. 160.

<sup>49</sup> «Surgiu uma das iniciativas mais ricas levadas a efeito pelo MEB: a Animação Popular. Concebida como uma complementação de todo trabalho inicial do Movimento, a Animação Popular favorecia um efetivo trabalho de desenvolvimento comunitário. /.../ A comunidade organiza-se como consequência da descoberta de seus valores, recursos e suas necessidades em busca da supressão de seus problemas sociais, econômicos, culturais, políticos e religiosos, no sentido da afirmação de seus membros como sujeitos. /.../ Com a Animação Popular, o Movimento ganha um sentido político mais amplo, na medida em que abria espaços para uma tomada de consciência crítica da realidade envolvente. Todo o esforço direcionava-se para o incentivo da vida comunitária e a participação, proporcionando a todos a possibilidade de atuarem como sujeitos

O MEB teve uma significação extraordinária para a Igreja do Brasil e para a pastoral dos anos subsequentes<sup>50</sup>. No que diz respeito ao nosso objeto de estudo, ele foi o mais eminente precursor das atuais Escolas de Formação Fé e Política por causa de sua finalidade especificamente educativa e de sua proposta, que se aproxima à das escolas atuais, no seguinte sentido:

“O Movimento de Educação de Base lançou sementes importantes na redefinição da atuação crítica dos cristãos no interior da Igreja e da sociedade brasileira. Significou o incentivo à participação dos leigos na Igreja, à articulação dialética entre a prática pastoral e prática política, bem como ao compromisso com os pobres.”<sup>51</sup>

Outro projeto importante do movimento de Natal foi o “Serviço de Animação Rural”, criado em 1949 para atender as áreas rurais mais carentes e distantes, levando formação através da realização de “Semanas Rurais” em diferentes pontos da Diocese. No entanto, a sua grande visibilidade deu-se quando Dom Eugênio de Araújo Sales deu seu aval à Maria Julieta Calazans para a organização de um movimento de incentivo à sindicalização rural<sup>52</sup>.

Dentro de um curto espaço de tempo, esse movimento transcendeu as fronteiras da Diocese de Natal e do estado do Rio Grande do Norte estendendo-se primeiro a Pernambuco e depois a outros estados do Brasil, de tal modo que, por volta de 1964, havia sindicalismo rural implantado pela Igreja em metade dos estados brasileiros, sendo que esse já era uma realidade em todos os estados do nordeste<sup>53</sup>.

Uma análise conjuntural desse período deixa entrever um fator que contribuiu para tal engajamento da Igreja no sindicalismo rural, certamente não o

críticos da mudança da realidade.» FAUSTINO, Luis Couto Teixeira., *Gênese das CEBs no Brasil. Elementos explicativos*, p. 102.

<sup>50</sup> «As inovações pedagógicas do MEB marcaram o desenvolvimento da Igreja brasileira. O MEB foi a primeira grande tentativa católica de desenvolver práticas pastorais transformadoras junto às classes populares. Suas práticas inverteram a tradicional exclusão do povo da tomada de decisão dentro da Igreja e foram precursoras das assembleias diocesanas que os bispos progressistas iniciaram durante o final da década de 60 e em 70.» MAINWARING, Scoth., *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*, p. 89.

<sup>51</sup> FAUSTINO, Luis Couto Teixeira., *Op. cit.*, p. 107.

<sup>52</sup> BRUNEAU, Thomas., *O catolicismo brasileiro em época de transição*, p. 172.

<sup>53</sup> «Todos os observadores da sindicalização rural que se organizava no Brasil, durante esse período, concordam em apontar a Igreja como um ator importante no movimento. /.../ Foi essencialmente a percepção de ameaças políticas que levou a essa outra estratégia de influência, assim como levou a outras atividades orientadas para a mudança social. /.../ Entretanto, o programa de sindicalização não deixou dúvidas de que a Igreja estava fazendo uma inegável ruptura com o passado, nas zonas rurais. Em vez de apoiar o patrão local que controlava o seu colono, a Igreja

único e nem o decisivo. É sabido que a instituição “Igreja” tem uma postura tradicional clássica de não-envolvimento direto em situações de conflito. No entanto, foi o despertar e a expansão das “Ligas Camponesas”, por Francisco Julião<sup>54</sup>, em fins da década de 50, e a completa ausência de qualquer organização antes de 1957, que fizeram a Igreja entrever uma ameaça à própria presença e perceber que seu tipo tradicional de influência não funcionaria mais. Isso despertou a instituição eclesial para a necessidade de uma presença católica no campo.

A partir do objeto dessa pesquisa, pode-se ver neste projeto da Igreja de Natal um precursor das Escolas de Formação Fé e Política. Objetivamente falando, ele pretendia dar uma formação política a partir da fé às classes populares, levando-as à organização de grupos e atividades que poderiam ter uma incidência direta na transformação da sociedade. Subjetivamente, tal iniciativa partia de uma motivação dessa mesma fé, isto é, fazer com que a salvação realizada por Jesus Cristo chegasse a todas as dimensões da vida humana, inclusive à sociopolítica, embora estivesse subjacente a isso uma visão apologética cristã confessional.

Concluindo, pode-se afirmar que as décadas entre 1950 e 1970, ora consideradas, foram muito importantes para a educação política, seja na Universidade, seja no campo. Além disso, foi nesse período que nasceram as comunidades eclesiais de base, em seu esforço de unir fé e vida, à luz da Palavra de Deus. Tal metodologia tem grande relevância para esta pesquisa. É o que se verá a seguir.

---

militava ativamente para organizar os camponeses, a fim de exigirem de seu patrão melhores condições.» Id., p. 173.

<sup>54</sup> «As Ligas camponesas surgiram em Pernambuco, quando um grupo de lavradores quis se organizar. Eles arrendaram um engenho desativado e fundaram a ‘Sociedade Agrícola e Pecuária dos Fazendeiros de Pernambuco’. O filho do dono do engenho entrou na justiça contra a Sociedade; eles foram defendidos por um advogado chamado Francisco Julião. Este percebeu as possibilidades de organizar as zonas rurais, defendeu com sucesso a Sociedade e, a partir de então, organizou grupos semelhantes por todo o nordeste. Julião, e a maioria dos que entraram depois dele na organização rural, eram políticos da classe média que procuravam uma base para o poder.» Id., p. 171.

### 2.3.

#### Unir de modo novo Fé e Vida na comunidade eclesial

O ano de 1968 foi significativo para a caminhada da Igreja latino-americana<sup>55</sup> pela realização da II Conferência Geral do Celam, em Medellín. Isso abriu uma época de militância sociopolítica dos cristãos, referendando o que já estava em curso e despertando um novo paradigma eclesial a partir das grandes intuições dos Padres conciliares consignados nos documentos emanados do recém-encerrado Concílio Ecumênico Vaticano II. Os Bispos assumem o pobre como *locus theologicus* para sua reflexão, o que faz que sejam abandonadas posições reformistas que até então caracterizavam o episcopado latino-americano<sup>56</sup>.

Motivada por Medellín, a Igreja do Brasil desenvolveu, entre 1968 e 1979, uma pastoral popular que a levou a colocar-se entre as mais progressistas do mundo<sup>57</sup>. Isso aconteceu por causa de sua inserção no meio do povo, que a diferenciou do tempo da Ação Católica Geral e do período imediatamente anterior, os quais apresentavam um caráter mais elitista e conservador.

O contato e a valorização da religiosidade popular, sendo esta criticada em outros tempos como “alienante”<sup>58</sup>, juntamente com o desenvolvimento de pequenas comunidades eclesiais, levaram ao surgimento de um modelo de Igreja chamado de “Igreja Popular”. Essa nomenclatura foi compreendida de maneira equivocada por algumas pessoas, pertencentes aos setores eclesiais tidos como “progressistas”, como também por pessoas ligadas aos setores eclesiais chamados “conservadores”. Enquanto uns postulavam uma fé secularizada, desprezando as práticas devocionais e sacramentais, minimizando a “instituição Igreja”, outros, por sua vez, condenavam esta expressão e reivindicavam o caráter vertical da instituição.

---

<sup>55</sup> «.../ O ano de 1968 produziu um corte na história da Igreja latino-americana em favor dos compromissos cristãos em favor das classes oprimidas, dos operários e camponeses, de grupos marginalizados. Esta opção marcará definitivamente a Igreja nesta fase e nas seguintes.» DUSSEL, Enrique., *De Medellín a Puebla. Uma década de sangue e de esperança*, p. 229.

<sup>56</sup> MORAIS, João Francisco Regis., *Os Bispos e a Política no Brasil. Pensamento social da CNBB*, p. 34-35.

<sup>57</sup> MAINWARING, Scoth., *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*, p. 202.

<sup>58</sup> «A maior parte dos agentes pastorais mantinham uma postura crítica em relação à religiosidade popular, mas já na metade da década de 60 alguns sacerdotes progressistas faziam uma reflexão

### 2.3.1. A gênese das comunidades eclesiais de base

À parte desse debate eclesiológico, os setores populares, em sua grande maioria, viviam a fé nas periferias das grandes cidades e nos campos. Reunidos em torno da Bíblia, com suas devoções e celebrando sua crença unida ao cotidiano, esses pequenos grupos foram delineando um jeito novo de ser Igreja, realizando o desejo de João XXIII de que a comunidade eclesial fosse uma “Igreja dos pobres”<sup>59</sup>.

Os pobres irrompem na reflexão teológica e na prática eclesial, não mais como objeto, mas como lugar epistemológico e como sujeitos de sua história. Tal fato se manifestou na Conferência de Medellín através da formulação da “opção pelos pobres”<sup>60</sup>, reivindicando uma solidariedade efetiva, factual, da Igreja para com eles, a fim de que assim ela realizasse o desejo expresso por João XXIII. É a partir desses pressupostos que se pode entender o surgimento e a multiplicação das Comunidades Eclesiais de Base nos anos subsequentes.

Por tais práticas, os pobres descobriram nas pequenas comunidades um espaço de vivência da fé, de encontro inter-pessoal, de comunhão e solidariedade. É a partir disso que se fala de uma “eclesiogênese”, isto é, de uma Igreja que nasce da fé dessa porção desconsiderada, até então vista simplesmente como objeto, seja da ação filantrópica, seja da ação pastoral. Agora, os desvalidos passam a ser protagonistas. As primeiras publicações em torno das CEBs vêm destacar essa temática em sentido pastoral<sup>61</sup>.

---

acerca da necessidade de se valorizarem alguns aspectos das práticas religiosas populares.» Id., p. 197.

<sup>59</sup> «Na Radiomensagem de 11 de setembro de 1962, difundida exatamente um mês antes da solene abertura do Concílio, a experiência material e espiritual da pobreza em João XXIII o levou a transpô-la ao nível das nações e da Igreja, tocando um tema que irromperá no Concílio: “Em face dos países subdesenvolvidos, a Igreja apresenta-se tal qual é e quer ser – como a Igreja de todos e particularmente a Igreja dos pobres”.» BEOZZO, José Oscar., *A Igreja do Brasil. De João XXIII a João Paulo II. De Medellín a Santo Domingo*, p. 95.

<sup>60</sup> Celam. *Conclusões de Medellín: Pobreza da Igreja*, n. 8, p. 146.

<sup>61</sup> «Os primeiros livros que se referiam às CEBs não eram estudos com um perfil acadêmico. Seu objetivo principal era fornecer elementos analíticos, em linguagem acessível, para subsidiar a ação evangelizadora de tantos agentes de pastoral (bispos, padres, religiosos/as e leigos/as) que, nas bases, procuravam renovar a atuação da Igreja de acordo com as indicações do Concílio Vaticano II. /.../ Os livros *Comunidade Eclesial de Base: uma opção pastoral decisiva* (1967), do Pe. Raimundo Caramuru de Barros, e *Igreja local: comunidade de base* (1968), do Pe. José Marins inauguram esta literatura. Ambos foram escritos por teólogos que estavam estreitamente relacionados às iniciativas de renovação eclesial em curso no país na primeira metade dos anos

É difícil determinar com exatidão o surgimento dessas pequenas comunidades<sup>62</sup>. Mas é um fato que esse novo modo de ser Igreja trouxe uma contribuição inestimável à pastoral da Igreja do Brasil na maneira de como viver uma eclesialidade de comunhão<sup>63</sup>. A presença de animadores e agentes de pastoral ajudou a consolidar esse modelo de Igreja na base que une a fé com a vida, na busca de transformação social por causa da fé.

### 2.3.2. A formação política nas CEBs

Um ponto importante no processo de formação política dos participantes das CEBs é a emergência de uma consciência crítica a partir de uma metodologia que tem a fé como centro, especialmente a Bíblia. Trazendo para dentro da comunidade os problemas sociais e discutindo-os à luz da fé, os membros das CEBs vão enxergando melhor a situação em que se encontram, buscando suas causas e refletindo sobre suas conseqüências.

O método vivenciado nas comunidades reproduz o utilizado pela Ação Católica, que segue a tríade “ver, julgar e agir”. Esse é utilizado em suas reuniões, que se torna propriamente um momento pedagógico para a comunidade, uma vez que isso é repetido a cada reunião, sendo que se começa sempre avaliando o “agir” anterior, o que levou as CEBs à prática da “avaliação”<sup>64</sup>.

É preciso acentuar, no entanto, que esse processo educativo nas CEBs não é linear. Há grupos que vivem em áreas de conflito, o que os obriga a um

---

60.» RODRIGUES, Solange dos Santos. *A produção intelectual sobre as CEBs no Brasil. Primeira fase: 1967-1979*. **Memória e Caminhada** 2 (2002) p. 16.

<sup>62</sup> «Alguns estudos tendem a atribuir a origem desta experiência já mesmo por volta de 1960. Outros estudos /.../ indicam que as mesmas originaram-se em 1964. Entretanto, pode-se afirmar que foi mesmo a partir do Concílio Vaticano II, e no contexto do amplo movimento popular que sacudiu o Brasil na década de 60, que a experiência ganhou foros de cidadania.» FAUSTINO, Luis Couto Teixeira., *Gênese das CEBs no Brasil. Elementos explicativos*, p. 308.

<sup>63</sup> João Paulo II acentua que a eclesialidade da comunidade tem as seguintes características: fundar-se e viver em Cristo; escuta da *Palavra de Deus*; oração, onde a *Eucaristia* ocupa o lugar central; comunhão, expressa pela unidade de coração e de alma; partilha, conforme as necessidades dos vários membros (cf. At 2,42-47). Cfr. JOÃO PAULO II. *Redemptoris Missio*, n. 51, p. 604.

<sup>64</sup> Cfr. PAIVA, José Maria. *O diferente na práxis educativa das comunidades eclesiais de base*. **REB** 53 (211), 1993 (2), p. 626-627.

amadurecimento mais rápido; outros vivem mais isoladamente, o que dificulta o avanço desse processo. Enfim, ele se faz através de avanços e recuos<sup>65</sup>.

A evidência de uma consciência crítica é perceptível nos relatórios dos diversos encontros eclesiais das CEBs. Esses documentos deixam transparecer uma consciência muito forte da articulação da fé com a luta libertadora, o que implica uma participação ativa nos movimentos populares<sup>66</sup>.

Referindo-se à formação política em um sentido amplo, ela já se dá na própria estrutura e no funcionamento das CEBs, como lugar em que as decisões são tomadas em comum e não impostas por outrem. Os pobres têm participação, são ouvidos em seus desejos e necessidades, e são capazes de agir na transformação de sua situação, dentro de uma dinâmica democrática, aprendendo assim a ser agente da história.

Pode-se dizer que, nas CEBs, ocorre o seguinte<sup>67</sup>:

- 1) um processo permanente de formação política, porque sua dinâmica possibilita a participação do povo como sujeito de sua história;
- 2) uma educação que ajuda o povo a organizar-se, descobrindo os mecanismos de transformação social;
- 3) uma educação libertadora, que desperta o povo para algo melhor do que tem vivido até aquele momento.

As comunidades oferecem condições para a análise e a crítica dos partidos existentes, bem como análise da conjuntura local, nacional e internacional através de “cartilhas”. Elas apresentam uma estrutura praticamente idêntica, embora haja pequena variação do conteúdo: oração inicial e final para todos os dias; texto bíblico ligado a um fato da vida; perguntas para serem discutidas na reunião (seção “Vamos conversar”); ilustrações, quadrinhos, diálogos<sup>68</sup>.

<sup>65</sup> TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto., *A Fé na Vida. Um estudo teológico-pastoral sobre a experiência das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil*, p. 80-83.

<sup>66</sup> Id., p. 123-134.

<sup>67</sup> DUARTE, Laura Maria Schneider., *Isto não se aprende na escola. A educação do povo nas CEBs*, p. 83-92.

<sup>68</sup> Algumas dessas Cartilhas podem ser encontradas no CDI da CNBB. Apresenta-se a seguir seu título e, entre parênteses, o ano e número de seu catálogo no CDI: “Cartilha de orientação política – Diocese de Piracicaba, s/d” (03/09/1982, INP 15.557); “Educação para a justiça. Roteiro de reflexão Fé e Política. Diocese de Mogi das Cruzes, s/d” (25/08/1982, INP 15.370); “Política à luz da fé. Setor pastoral Vila Prudente – SP, s/d” (30/09/1982, INP 16.102); “Fé em Deus e pé na terra. Reflexões sobre política para as CEBs da Prelazia Acre e Purus”, s/d (16/05/1980, INP 9.546); “Votar para mudar...Brasil! Diocese de Bonfim – BA, 1994” (07/05/1997, INP 26.477).

Exemplo desta preocupação pastoral é o da Arquidiocese de Vitória. Respondendo a uma demanda das CEBs, que pediam uma orientação de como votar nas eleições municipais que se aproximavam lançou, em 1976, o “Manual do Eleitor”, escrito em linguagem popular, na forma de “conversa entre compadres”<sup>69</sup>.

Em 1980, a mesma Arquidiocese elaborou outro material para formação política das comunidades eclesiais de base. Tratava-se de um conjunto de textos intitulado “Bate-papo sobre Política”. No Caderno 1, através de seis encontros, mostrava-se o sonho de bem-estar que as pessoas têm e o contraste com a realidade. Destacava ainda que o sonho do povo de então eram os mesmos do povo da Bíblia. E Deus queria realizar esses sonhos. A partir disso, fazia-se a análise do sistema capitalista, que impedia tal realização. O Caderno 2, em forma de história em quadrinhos, apresentava o funcionamento da sociedade: relação entre trabalhadores e patrões, tipos de produção, papel do Estado, entre outros<sup>70</sup>.

Num sentido de formação política mais estrita para as comunidades, esta se deu em parceria com algumas instituições, algumas atuando fora do universo eclesial. Pode-se destacar nesse sentido, inicialmente, o **Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae**, que teve um papel muito importante para a formação dos agentes pastorais e membros das CEBs no final da década de 70 e nos anos 80<sup>71</sup>.

Fundado no ano de 1978, durante a ditadura militar, o Cepis é um centro de assessoria político-pedagógica, no campo da Educação Popular, atuando junto a comunidades e movimentos populares, na perspectiva da libertação. Sua tarefa específica é a formação política da militância, em um esforço de tradução, reconstrução e produção coletiva do conhecimento.

As principais temáticas trabalhadas pelo Cepis junto às comunidades, movimentos populares e organizações sociais diversas, versa sobre os seguintes conteúdos: teoria da organização; história das sociedades; metodologia popular;

---

<sup>69</sup> «Este primeiro material sobre política pretendia, a curto prazo, esclarecer o eleitor cristão sobre as eleições de 1976: voto, tipo de política, lei eleitoral e a tarefa da Igreja como defensora dos direitos do cidadão, o que o manual mostra através das citações de documentos oficiais.» DUARTE, Laura Maria Schneider., *Isto não se aprende na escola. A educação do povo nas CEBs*, p. 68-70.

<sup>70</sup> Ibid.

trabalho de base; formação básica multiplicadora; análise da realidade; avaliação e planejamento; relações sociais de gênero<sup>72</sup>.

Não menos importância teve o **Instituto Cajamar**, fundado pelo Partido dos Trabalhadores em julho de 1986, para formação política de sindicalistas e militantes do Partido dos Trabalhadores. Em dezembro de 1986, esse Instituto realizou sua primeira atividade, promovendo um seminário sobre participação popular na Assembléia Nacional Constituinte<sup>73</sup>.

Até o ano de 1993, esse Instituto já havia formado cerca de 3.000 militantes, quando se começou as discussões para transformá-lo em um centro de formação exclusiva de sindicalistas, o que foi oficializado em 1995. Daí para frente, ele se transformou na “Escola São Paulo”, de formação estritamente sindical da CUT<sup>74</sup>.

Embora a formação oferecida por esses Centros de Educação Popular tenha sido muito importante, elas aconteciam fora dos moldes “fé cristã e compromisso político”. A motivação apresentada para o engajamento político era mais de ordem ideológica que propriamente teológica. Procurando privilegiar a dimensão fundante da fé no compromisso político, as Dioceses começaram a divulgar cartilhas políticas para a educação política do povo em um sentido mais estrito. É o que se verá a seguir.

---

<sup>71</sup> Sobre o Cepis: <http://www.sedes.org.br/Centros/Cepis/layout.htm>, acessado em 21 de agosto de 2008.

<sup>72</sup> *Ibid.*

<sup>73</sup> Sobre o Instituto Cajamar: RICCI, Rudá. *Escolas sindicais da CUT: uma experiência inacabada*. In <http://www.espacoacademico.com.br/088/88ricci.htm>, acessado em 21 de agosto de 2008.

<sup>74</sup> *Ibid.*

## 2.4.

### Preparar os cristãos para as eleições.

O processo de abertura política, somado ao engajamento social das CEBs, levou a Igreja a uma primeira experiência de formação Fé e Política, dentro das características das Escolas de Formação Fé e Política. Tratavam-se das “Cartilhas de Fé e Política”, que foram elaboradas por várias Dioceses, em vista das eleições<sup>75</sup>. Essas são definidas como “/.../ a escola popular da prática da fé e da ação política em seu processo educativo”<sup>76</sup>.

As cartilhas políticas desenvolvidas nestes moldes apresentam ligeiras diferenças em relação às elaboradas para as CEBs. Em geral, elas começam com uma apresentação feita pelo Bispo ou pela Equipe de produção; têm textos mais elaborados; trazem várias citações da Doutrina Social da Igreja; são sóbrias nas ilustrações; apresentam perguntas para reflexão; e identificam a bibliografia utilizada<sup>77</sup>. Nem todas as Dioceses realizaram esse passo. A proposta centrou-se naquelas em que a caminhada das comunidades estava mais consolidada e a demanda era premente, inclusive no sentido de eleger candidatos saídos de seus quadros<sup>78</sup>.

Pode-se, portanto, salientar dois pontos para contextualizar o aparecimento das cartilhas<sup>79</sup>:

---

<sup>75</sup> «Dada a longa tradição de ceticismo popular acerca das eleições e a importância delas no processo de mudança política, muitas dioceses achavam preciso promover algum tipo de educação política. Muitas publicaram cartilhas eleitorais numa linguagem popular, explicando o significado das eleições e as propostas dos vários partidos.» MAINWARING, Scoth., *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*, p. 188.

<sup>76</sup> PEGORARO, José. *As cartilhas políticas na pastoral*. **Vida Pastoral** 106 (1982), p. 7.

<sup>77</sup> Encontra-se no CDI da CNBB um catálogo com trinta e sete cartilhas de Fé e Política (INP 16.281). No entanto, das cartilhas citadas nesse catálogo, exceto as já indicadas na nota 68 deste capítulo, apenas encontram-se as seguintes no arquivo (entre parênteses, a data e número do cadastro): “Igreja, Política e Fé. Arquidiocese de Florianópolis – SC, 1982 (08/03/1982, INP 13.470); “Igreja e Participação na sociedade”. Diocese de Tubarão – SC, s/d (25/08/1982, INP 15.371); “Orientações pastorais para o tempo das eleições”. Diocese de Balsas – MA, s/d (26/04/1982, 14.109); “Cartilha de Educação Política”. Diocese de Bom Jesus da Lapa – BA, 1982 (14/05/1982, 14.301); “Cartilha de Educação Social e Política”. Prelazia do Alto-Solimões – AM, 1982 (07/12/1982, INP 16.302).

<sup>78</sup> «Comunidades cristãs que avançaram mais no compromisso da fé inspirando o compromisso político conseguem elaborar cartilhas de formação política e articular candidaturas genuínas saídas dos seus quadros e, em alguns casos, eleger seus candidatos. Como não ver sinais de esperança na presença cada vez maior de mulheres comprometidas com reformas sociais no Senado da República e na Câmara dos Deputados?» CNBB., *Justiça e Paz se abraçarão. Manual da CF/96*, n. 45, p. 54.

<sup>79</sup> BRATTI, Paulo., *As Cartilhas Políticas da Igreja*. **Teocomunicação** 55 (1982/1), p. 25.

1) a Igreja mudou de lugar social. No passado, ela esteve junto à autoridade e, por vezes, membros da hierarquia fizeram parte da estrutura de Poder da sociedade. Dentro do novo quadro das décadas de 70 e 80, a instituição colocou-se ao lado das pessoas que eram social, econômica e politicamente marginalizadas;

2) cada vez mais se acentuava a dimensão social da fé, que aconteceu em decorrência do advento das teologias políticas na Europa e da Teologia da Libertação na América Latina.

As cartilhas de formação política despertaram o interesse da CNBB, que fez uma análise do material das seguintes Dioceses: Juazeiro da Bahia, Balsas, Regional Sul 3, Arquidiocese de Vitória, Arquidiocese de Fortaleza, Coari, CPT, Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos de São Paulo. Em geral, percebeu-se nelas uma estrutura semelhante:

- 1) princípios gerais;
- 2) parte histórica;
- 3) análise dos partidos.

Nesta última parte, há certa convergência quando se toma o bem-comum como critério para julgar a participação partidária. No entanto, observou-se que, em algumas, há uma tendência a favorecer certos grupos políticos<sup>80</sup>.

Houve interesse também de promover estudos sociológicos dessas cartilhas. Assim, alguns modelos foram evidenciados<sup>81</sup>:

1º modelo: chega-se ao político pela mediação do religioso. Nesse tipo, há um esforço em superar a dicotomia entre Fé e Política, religião e vida.

2º modelo: não é utilizada a mediação religiosa. Esse modelo vai direto à formação política, dando por suposta a superação de uma visão dualista.

3º modelo: chega-se à política pela mediação da Igreja. Nessa elaboração, são apresentados documentos da Igreja que indicam a necessidade de participação política dos cristãos e se afirma o dever da instituição de se manifestar neste campo.

4º modelo: a mediação para a política se faz, propriamente, por meio da prática e do discurso da ação libertadora. Incentivam-se as classes trabalhadora e

---

<sup>80</sup> CNBB., *Ata da Reunião da Presidência e Comissão Episcopal de Pastoral*. **Comunicado Mensal** 348 (1981) p. 816.

camponesa a assumirem uma participação efetiva na política como consequência de sua consciência libertadora.

Obviamente nenhum desses modelos existe em estado puro. As cartilhas integram todos eles, evidenciando, no entanto, um ou outro modelo. Um exemplo disto foi a cartilha produzida em 1981, pela Arquidiocese de São Paulo<sup>82</sup>, que procurava integrar todos esses elementos. De conteúdo popular, dividida em duas partes, a cartilha oferecia, inicialmente, subsídios para que as comunidades refletissem sobre as relações entre Fé e Política a partir de uma perspectiva histórica da caminhada do povo entre 1969 e 1976, anos mais duros da repressão militar. Essa era apresentada em forma de história em quadrinhos, para facilitar a compreensão. Na sequência, havia alguns subsídios bíblicos, em forma de seis encontros, a fim de que as comunidades se reunissem para ler, meditar e discutir textos da Bíblia. Eram apresentadas também as orientações do documento de Puebla sobre a questão política<sup>83</sup>. Enfim, uma cartilha que integrava todos os modelos, evidenciando, no entanto, o quarto.

As cartilhas multiplicaram-se pelas Dioceses. No entanto, elas foram perdendo as características iniciais, que visavam à educação política do povo para sua efetiva participação e pleno exercício da cidadania nos movimentos e associações populares. Com a abertura democrática e a instauração do processo eleitoral em todos os níveis, esse tipo de material passou a constituir-se num veículo de orientação para eleições, em geral sendo publicado a cada dois anos, com um conteúdo que alinhava educação política e preparação para o pleito<sup>84</sup>.

---

<sup>81</sup> PEGORARO, José., *As cartilhas políticas na pastoral*. **Vida Pastoral** 106 (1982), p. 7-10.

<sup>82</sup> COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS DE SÃO PAULO., *Fé e Política. Povo de Deus e Participação Política*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. 127p.

<sup>83</sup> Apesar da grande aceitação, esse material foi julgado por alguns como tendencioso. Cfr. BRATTI, Paulo., *As Cartilhas Políticas na Igreja*. **Teocomunicação** 55 (1982/1), p. 25.

<sup>84</sup> Para alguns autores, isto foi um empobrecimento em termos de formação. Segundo Mauricio Abdalla, o deslocamento da educação política para preparação às eleições aconteceu por causa da prática da própria militância, que foi trocando a utopia da construção do Reino pela conquista do poder através das eleições. Assim, o que era um meio (poder) se tornou um fim. Desta maneira, 'fé e política' passou a significar 'fé e eleições'. Cfr. ABDALLA, Mauricio. *O Reino de Deus e o poder político. Fé e Política à luz da experiência atual do poder*. **Vida Pastoral** 246 [2006], p. 10.

## 2.5. Formar para um desenvolvimento social

Para concluir esta apresentação de modelos histórico-pastorais de formação política, expõe-se agora o que mais se aproxima das atuais Escolas de Formação Fé e Política, seja pelos seus objetivos, seja pela sua vinculação institucional à Igreja do Brasil, que é o “Curso de Formação Cristã para a Cidadania”, promovido pelo Ibrades, organismo anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Antes de se apresentar este curso, um recuo a 1969 leva à fundação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades)<sup>85</sup>. A CNBB mantinha, na década de 1960, Institutos especializados nas áreas de Pastoral Catequética, Pastoral Litúrgica e Pastoral Vocacional. No entanto, havia uma lacuna na área de Promoção Humana e Social, que constituía a “linha 6” de sua ação pastoral. É importante ressaltar a celeridade dos processos de mudança nessa área social nesse tempo, assim como a influência de uma mentalidade desenvolvimentista. Por isso, foi proposta a criação de um Instituto para assessoria da CNBB, de seus regionais e das pastorais sociais, na área do desenvolvimento social<sup>86</sup>. O Ibrades foi assumido pelo Centro de Investigação e Ação Social<sup>87</sup>, sob a responsabilidade da Companhia de Jesus, formando assim o conjunto CIAS/IBRADES, junto ao Centro João XXIII.

Este Instituto teria um caráter interdisciplinar, com o objetivo de elaborar, ensinar e difundir uma doutrina global do desenvolvimento, dentro de uma perspectiva cristã, a fim de inspirar, estimular e assessorar uma ação social mais eficaz. Para atingir esse objetivo, o Ibrades deveria oferecer um ensino de nível universitário a sacerdotes, religiosos e leigos capazes de unir reflexão e ação social, dentro de uma ótica transformadora. Enfim, um Instituto que não

---

<sup>85</sup> IBRADES., *Ata da Assembleia Geral que instituiu a sociedade civil Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, da cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara*. Arquivo do Ibrades: 14/03/1969.

<sup>86</sup> CNBB. *Projeto do IBRADES*, p. 1.

<sup>87</sup> Na década de 1960, a Companhia de Jesus fundou na América latina vários CIAS (*Centro de Investigación y Acción Social*), sendo um destes o “Centro João XXIII”, no Rio de Janeiro, iniciado em 1962 e formalizado em 1966. Cfr. ABREU, Antonio. *CIAS, Centro João XXIII, IBRADES*, p. 355.

transmitisse um ensino passivo, mas que estimulasse os cursistas à vivência prática da fé.<sup>88</sup>

O curso promovido pelo CIAS/Ibrades tinha como objetivo, pois, oferecer uma visão global do processo do desenvolvimento brasileiro, para que os cursistas pudessem atuar dentro deste, sob a inspiração do pensamento cristão. Com duração de nove meses, desenvolvia-se em três ciclos, com um trimestre cada: ciclos introdutório, básico e complementar. No ciclo introdutório recebiam-se noções de economia, instituições políticas, sociologia e realidade brasileira. No ciclo básico, abordavam-se aspectos políticos, sociológicos e demográficos do desenvolvimento, bem como uma teoria geral do desenvolvimento econômico. Por fim, o ciclo complementar oferecia uma reflexão filosófica e teológica sobre o desenvolvimento, completadas pela doutrina cristã do desenvolvimento e por uma reflexão crítica sobre as principais correntes do pensamento contemporâneo<sup>89</sup>. Posteriormente, esse curso extensivo foi sendo reduzido para quatro meses, oferecido no Rio de Janeiro apenas nos anos pares<sup>90</sup>.

Além desse curso, o CIAS/Ibrades oferecia também cursos para serem ministrados nas diversas regiões do país, sob as modalidades de curta duração, cuja temática variava segundo as necessidades de cada grupo e de cada região; de média duração, para pessoas qualificadas, sob temáticas específicas; e, finalmente, de dois meses, em que os cursistas reproduziam, localmente, o curso extensivo recebido no Rio de Janeiro. Por fim, eram também organizados Seminários de Estudos e Mesas-redondas, para discutir assuntos diversos<sup>91</sup>.

O CIAS/Ibrades funcionou até 1997, no Rio de Janeiro. Depois, em 01/01/1998, foi transferido para Brasília, pelos seguintes motivos<sup>92</sup>:

- 1) a multiplicação no Rio de iniciativas análogas, com grande coincidência de temas e autores;
- 2) o forte encarecimento da obra, decorrente da situação econômica nacional;

---

<sup>88</sup> CNBB., *Projeto do IBRADES*, p. 2.

<sup>89</sup> IBRADES., *Instituto Brasileiro de Desenvolvimento*, p. 2-3.

<sup>90</sup> Id., *Relatório Anual de 1993*, p. 8.

<sup>91</sup> *Ibid.*

<sup>92</sup> CNBB. *Presidência e CEP – 26ª reunião, 16 a 19 de fevereiro de 1998. Apresentação do P. Marcello C. Azevedo.*

3) um desejo de aproximação geográfica a áreas mais trabalhadas pelo CIAS/Ibrades.

Com a transferência para Brasília, o título operacional e promocional do CIAS passou a ser “Centro Cultural de Brasília”, abdicando-se do nome “Centro João XXIII”, funcionando nesse mesmo espaço o “Ibrades”, como órgão operacional do CCB e organismo anexo à CNBB<sup>93</sup>.

Com a mudança para Brasília, por sugestão da Fundação Konrad Adenauer, realizou-se um Seminário, entre 02 e 05 de março de 1998, para discutir objetivos e planejamento, a partir da experiência acumulada nos 30 anos de funcionamento do CIAS no Rio de Janeiro<sup>94</sup>. Em decorrência disso, foi organizado um Seminário específico, para discutirem-se objetivos e estratégias de uma formação cristã para a cidadania, aproveitando as motivações da CF de 1996 sobre “Fraternidade e Política” e a partir de iniciativas já existentes de Escolas de Fé e Política no Brasil<sup>95</sup>.

Com isso, iniciou-se o “Curso de Formação Cristã para a Cidadania”, em 1999, promovido pelo Ibrades em Brasília, com os seguintes objetivos<sup>96</sup>:

- proporcionar elementos de formação sobre a sociedade, no plano ético-político, numa perspectiva de visão e ação cristã;
- incentivar e alimentar o estabelecimento de uma rede entre os cursistas e suas instituições, sendo um espaço de difusão de textos, subsídios e troca de experiências.

O público-alvo desse curso seriam pessoas que, a partir da fé cristã, fossem coordenadores ou formadores das escolas ou iniciativas de formação política para a cidadania, atores sociais multiplicadores na área política e formadores de opinião pública na área político-social.

Os requisitos para esse curso, além de vivência e participação cristãs, eram a experiência de participação direta no campo sociopolítico, ter curso superior ou

---

<sup>93</sup> Cfr. ABREU, Antonio. *CIAS, Centro João XXIII, IBRADES*, p. 355.

<sup>94</sup> Centro Cultural de Brasília. *Primeiro relatório descritivo quadrimestral: janeiro-abril de 1998*, p. 4.

<sup>95</sup> Id., *Carta de Therry Linard Guertechin*, 16/07/1998.

<sup>96</sup> IBRADES., *Curso de Formação Cristã para a Cidadania*. Brasília: Material de divulgação, 2001.

segundo grau completo, idade entre 25 e 40 anos, além de ser indicado por uma instituição que trabalhasse no campo de formação política para a cidadania<sup>97</sup>.

O curso, com duração de 30 dias, compreende matérias específicas de formação política para a cidadania, tais como: Cidadania e Questão Ambiental; Construção Dialético-histórica da Cidadania; Cidadania Sistêmica; Cidadania Mundial e Globalização; Meios de Comunicação; Projetos de Geração de Renda; Análise de Conjuntura. No que tange à fé, o curso apresentava as seguintes disciplinas: Espiritualidade Cristã e Compromisso com a Vida; Igreja como Sujeito da Construção da Cidadania; Pensamento Social Cristão; Perfil do Líder Cristão. Além disso, há espaço para trocas de experiências e formação de redes de comunicação<sup>98</sup>.

Esse curso funcionou por quase dez anos, formando uma grande quantidade de lideranças populares. No entanto, desde 2008, ele não está acontecendo, por causa do número insuficiente de inscritos, devido às dificuldades de um curso presencial de um mês, em Brasília. Desta maneira, pensa-se em retomá-lo posteriormente, dentro de uma nova modalidade.

---

<sup>97</sup> *Ibid.*

<sup>98</sup> *Ibid.*

## 2.6. Considerações finais

Ao término deste capítulo, impõe-se a necessidade de concatenar o percurso histórico-pastoral feito através desses diversos modelos de formação política, para salientar seus paradigmas e evidenciar a mudança que aconteceu entre os anos 1970-1980 e 1990, propiciando o surgimento das Escolas de Formação Fé e Política.

Como foi apresentado, o paradigma dos anos 1930-1950 foi desenhado pelos propósitos do Cardeal Leme, de fazer uma presença afirmativa da Igreja na sociedade, nos quadros de uma restauração católica e nos moldes de uma neocristandade, para afirmação da Igreja romana.

Entre os anos 1960-1980, predomina outro paradigma, surgido com o advento de um novo cenário social de reivindicações dos direitos sociais em sentido coletivo, caracterizado por uma consciência ideológica de perfil socialista, com pertinência da análise marxista<sup>99</sup>. No ambiente eclesial destacam-se, neste período, a Ação Católica Brasileira, especialmente os grupos da JUC e da JOC, as Comunidades Eclesiais de Base e o nascimento da Teologia da Libertação, como meio de educação e mobilização dos cristão, à luz da fé. Há que ressaltar, ainda dentro dessa dimensão, o posicionamento profético da hierarquia da Igreja, através de documentos e declarações da CNBB, diante da situação social e política do País<sup>100</sup>, que a tornou crível diante da opinião pública, tanto nacional quanto internacional.

A pressão social desses movimentos, juntamente com outras instâncias da sociedade civil, obrigou o regime instaurado no Poder em 1964 a uma abertura política, que começou no final dos anos 70 e foi se processando de forma “lenta e gradual” durante os anos 80. Tal como uma *Fênix*, a liberdade foi renascendo das cinzas da repressão e gestando um novo contexto favorável às utopias,

---

<sup>99</sup> Um paralelo entre os movimentos sociais da década de 80 e os da década de 90, feito a partir de seus respectivos paradigmas, pode ser encontrado em: GOHN, Maria da Glória., *História dos Movimentos e Lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros*, p. 205-210.

<sup>100</sup> Um estudo de alguns desses documentos pode ser encontrado em PRIMO, Angelo Carlesso., *Conflitualidade e Pastoral no Brasil (1964-1983)*, p. 87-100.

estimulando algumas lutas, como o movimento pela redemocratização do País, a luta pelas “Diretas-já”. Essas ações despertaram as classes populares para a importância da política como instância organizadora da sociedade<sup>101</sup>. Por isso, enquanto os economistas chamam os anos 80 de “década perdida”, por causa dos baixos índices econômicos e das turbulências econômicas que assolaram os diversos países, do ponto de vista dos movimentos sociais essa década foi extremamente importante, porque gerou novos atores sociais.

Dentro desse contexto, é importante situar a greve dos metalúrgicos no ABC paulista, que teve apoio explícito de setores da Igreja, seja da hierarquia, como das comunidades eclesiais de base, pastorais e organismos eclesiais ligados às lutas sociais. Como consequência dessas lutas populares, entre outras coisas, houve a fundação do Partido dos Trabalhadores, como instrumento político favorável à classe trabalhadora, outro fato relevante que não se pode descurar na configuração desse novo momento.

Importa ainda destacar a importância que teve, na construção de um novo paradigma, o processo de participação na Constituinte, através dos Núcleos Pró-participação Popular. Com a pressão dos movimentos populares, garantia-se a possibilidade de qualquer indivíduo apresentar emendas ao projeto de Constituição, desde que inscritas por 30 mil brasileiros e referendadas por três entidades da sociedade civil. Embora tenha sido um grande ganho, isto demonstrou, de um lado, a fragilidade do sistema político representativo, e de outro, a força da sociedade civil, através de suas entidades representativas<sup>102</sup>.

Deve-se reconhecer que, nesse processo, a Igreja institucional desempenhou um papel fundamental, seja por causa dos Núcleos Pró-participação Popular que estimulou nas comunidades, seja por subscrever, junto com outras entidades, as emendas populares, como também pelo profetismo de seu posicionamento. É preciso ressaltar ainda a influência da prática educativa das CEBs, que estabeleceu

---

Sobre a dimensão profética da CNBB nesse período, cfr. MORAIS, João Francisco Regis., *Os Bispos e a Política no Brasil. Pensamento Social da CNBB*, p. 45-58.

<sup>101</sup> Um estudo mais detalhado desta e das outras iniciativas que serão apresentadas pode ser encontrado em: GOHN, Maria da Glória., *História dos Movimentos e Lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros*, p. 125-144

<sup>102</sup> RUSCHEINSKY, Aloísio., *Atores políticos e lutas sociais: movimentos sociais e partidos políticos*, p. 236.

um novo padrão de relações sociais devido ao seu estilo de participação igualitária de todos na discussão, no planejamento das ações, em sua execução e avaliação.

No que tange à educação política propriamente dita, existiam os centros de educação popular, que preparavam material de reflexão e davam assessoria para os diversos grupos e movimentos de incidência social. Dentre eles podem ser citados o Cepis, que fora criado em 1978 para formação política da militância<sup>103</sup>, bem como o Instituto Cajamar, fundado em julho de 1986 para formação política de sindicalistas e militantes do Partido dos Trabalhadores<sup>104</sup>. Ligado à instituição eclesial, temos o Ibrades, que prestou relevantes serviços de formação para a comunidade e assessoria para a CNBB.

O saldo político que resultou dos anos 1980 foi importante para a configuração de um novo projeto político para o País, e seus efeitos têm atravessado gerações, especialmente pelas conquistas sociais alcançadas com a força da pressão popular na Assembleia Constituinte<sup>105</sup>. No entanto, os anos 90 abriram outro paradigma, a partir do qual se situa o aparecimento das Escolas de Formação Fé e Política. É o que se verá a seguir.

---

<sup>103</sup> Cfr. nota 71, à p. 47 desta Tese.

<sup>104</sup> Cfr. nota 73, à p. 47 desta Tese.

<sup>105</sup> GOHN, Maria da Glória (Org.), *Movimentos sociais e Educação*, p. 98.